

## **Língua Portuguesa no PNLD 2005: Significados de uma Política Pública de Avaliação de Livros Didáticos**

Área Temática de Educação

### Resumo

Este trabalho apresenta e discute a avaliação de livros didáticos de Língua Portuguesa destinados às quatro últimas séries do Ensino Fundamental, desenvolvidas no PNLD 2005 sob a coordenação do CEALE-FAE/UFMG, a partir de demanda do Ministério da Educação. Com o objetivo de analisar e selecionar coleções didáticas a serem compradas pelo MEC e distribuídas gratuitamente a todas as escolas públicas brasileiras, o Projeto apoiou-se em metodologia que vem sendo construída e reformulada desde a primeira avaliação pedagógica de livros escolares, efetivada no PNLD 1997. Os resultados constatados indicam o impacto positivo do Programa, com ganhos educativos, sociais e políticos, dos quais o mais visível e significativo é a melhoria da qualidade dos manuais didáticos presentes nas salas de aulas da rede pública em todo o Brasil. Reconhecem-se, entretanto, limitações no alcance do Programa e propõe-se sua ampliação com vista à orientação dos professores quanto à escolha e ao uso do material avaliado.

### Autores

Antônio Augusto Gomes Batista – Doutor em Educação - UFMG

Maria da Graça Ferreira da Costa Val – Doutora em Educação - UFMG

Roxane Helena Rodrigues Rojo (PUC-SP) – Doutora em Linguística Aplicada

### Instituição

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Palavras-chave: livro didático; PNLD; MEC

### Introdução e objetivo

O projeto de extensão aqui apresentado diz respeito à política pública para livros didáticos desenvolvida em âmbito nacional pelo MEC. Trata-se do PNLD 2005, que avaliou e selecionou, em 2003, os livros que serão usados em 2005 pelos alunos de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental das escolas públicas brasileiras. O CEALE, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, da Faculdade de Educação da UFMG, foi encarregado da análise das 36 coleções didáticas de Língua Portuguesa inscritas.

O Programa Nacional do Livro Didático, cujos objetivos são a aquisição e a distribuição, universal e gratuita, de livros didáticos para os alunos de todas as escolas públicas do Ensino Fundamental, implementa, desde 1996, um processo de avaliação pedagógica de obras didáticas, visando assegurar a qualidade dos livros a serem adotados nas salas de aula em todo o Brasil. Embora algumas de suas características fundamentais tenham sido estabelecidas em 1985, Batista (2001, p. 11 e p. 49) considera esse Programa como resultado histórico de diferentes ações do MEC que, desde 1938, vêm definindo as relações do Estado com o livro escolar. Entende o autor que a avaliação pedagógica dos livros a serem adquiridos, iniciada em 1996, significou uma atuação mais direta e efetiva do Ministério na definição das características e funções dos manuais didáticos.

Ainda segundo Batista (2001), essa decisão do MEC responde a estudos e pesquisas realizados no seio das universidades, que, desde a década de 60, vinham denunciando o

caráter discriminatório, a desatualização, as incorreções conceituais e as insuficiências metodológicas de muitos dos livros disponíveis no mercado e adotados nas escolas. A gravidade da situação é melhor dimensionada tendo-se em mente que, em razão de fatores como a formação inadequada de professores e as precárias condições de trabalho docente, o livro didático, no Brasil, tornou-se elemento definidor do trabalho pedagógico, determinando sua finalidade, estabelecendo seu currículo efetivo, cristalizando abordagens metodológicas e quadros conceituais, organizando, enfim, o cotidiano da sala de aula (cf. Batista, 2001, p. 12). Nesse contexto é que o autor avalia também a necessidade de uma atuação mais incisiva do Estado, que se configurou com a implantação, em 1996, da avaliação pedagógica, pelo PNLD, dos livros a serem escolhidos pelas escolas e comprados/distribuídos pelo MEC/FNDE.

A partir daí é que se universalizou o atendimento da rede escolar pública pelo Programa, estendeu-se sua abrangência ao conjunto das disciplinas obrigatórias do currículo do Ensino Fundamental e instituiu-se a avaliação qualitativa sistemática e contínua dos livros, elegendo-se como critérios comuns a todas as áreas de conhecimento: a adequação didática e pedagógica, a qualidade editorial e gráfica, a pertinência do manual do professor para uma correta utilização do livro didático e para a atualização do docente. Como critérios eliminatórios, também comuns às diversas áreas, definiu-se que os livros não poderiam expressar preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação nem poderiam induzir ao erro ou conter erros conceituais graves.

Lembrando que o ano em que as obras são analisadas antecede aquele em que elas chegam às mãos dos alunos, tem-se o seguinte quadro, na avaliação da área de Língua Portuguesa: a) PNLD 1997 – livros destinados às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental; b) PNLD 1998 – livros de alfabetização e de Português (1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série); c) PNLD 1999 – livros destinados ao segundo segmento do Ensino Fundamental (5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série); d) PNLD 2000-2001 – livros de Português (1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série); e) PNLD 2002 – Português (5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série); f) PNLD 2004 – alfabetização e Português (1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série); g) PNLD 2005 – Português (5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série). Em 2004 ampliou-se ainda mais a abrangência do Programa, tendo-se realizado a primeira avaliação de obras didáticas destinadas ao Ensino Médio: o PNLEM 2005.

O resultado mais objetivo da avaliação pedagógica do PNLD é a presença de livros de melhor qualidade nas escolas públicas brasileiras. Embora não suficiente, esse é um elemento constitutivo da desejada melhoria geral do ensino. Na medida em que o Programa envolveu no debate educacional a comunidade escolar, as universidades, as editoras e um número crescente de outros segmentos sociais, passou a ser consensualmente reconhecido seu papel fundamental na construção de um novo padrão de qualidade para o livro escolar e na criação de condições favorecedoras da renovação das práticas escolares de ensino.

O CEALE tem se responsabilizado pela avaliação de livros didáticos de Língua Portuguesa desde 1996, coordenando os trabalhos, nos PNLD de 1997, 1998 e 1999 (alfabetização); no PNLD 2002 (dicionários e Língua Portuguesa de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série); no PNLD 2004 (dicionários e Língua Portuguesa de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série); no PNLD 2005 (Língua Portuguesa de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série). No âmbito de suas atividades acadêmicas, o Centro pode arrolar significativas contribuições de sua participação no Programa: na formação de professores (na graduação, na pós-graduação e em cursos de formação continuada); na pesquisa; na documentação; na socialização do conhecimento via apresentação em congressos e publicação de trabalhos. A repercussão positiva dessa participação ganha a devida dimensão quando se tem em conta que as equipes de avaliadores de livros didáticos compostas e coordenadas pelo CEALE têm incluído docentes da FAE e da FALE/UFGM, além de professores de outras instituições superiores de ensino (UFPE, PUC-SP, UFF, UFOP, UNI-BH, Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo/MG, entre outras).

O objetivo fundamental das edições do PNLD de 1997 a 2005 foi a avaliação, seleção e classificação de obras didáticas destinadas ao Ensino Fundamental, de acordo com

categorias estabelecidas pelo MEC. O trabalho tem consistido em avaliar, tecnicamente, a correção teórico-metodológica e a qualidade didático-pedagógica das obras inscritas, com o propósito de (i) excluir os livros de má qualidade – aqueles que apresentam, em quantidade e/ou gravidade significativas, erros conceituais e/ou de informação relevante para o tema tratado; indução a erro; preconceito ou discriminação de qualquer tipo; lacunas inaceitáveis, no que diz respeito à abrangência curricular; e deficiências metodológicas comprometedoras da aprendizagem; (ii) selecionar os LD que, por não apresentarem problemas como os acima referidos, poderão ser objeto de escolha por parte dos professores de escolas públicas e de compra pelo Ministério da Educação para distribuição a essas mesmas escolas; (iii) produzir um Guia de Livros Didáticos com resenhas das obras selecionadas, para orientar o processo de escolha pelos professores.

### Metodologia

Para atingir os objetivos apontados, elaboraram-se instrumentos exigidos pelo MEC (ficha de avaliação de cada livro e ficha de avaliação consolidada de cada coleção), desenvolveram-se uma base de dados e uma metodologia de análise estatística de acompanhamento e controle dos resultados parciais e finais, e produziram-se os seguintes documentos, também definidos pelo MEC: (i) pareceres técnicos das coleções não-aprovadas; (ii) resenhas das coleções aprovadas; (iii) laudos técnicos das coleções aprovadas; (iv) histórico do processo de avaliação de cada coleção e cada livro didático; (v) relatórios técnicos (parcial e final).

A avaliação foi desenvolvida por três equipes regionais – Minas Gerais, São Paulo e Nordeste –, orientadas pelo coordenador de área do Projeto e compostas por um coordenador regional e doze avaliadores. Toda a execução do processo foi supervisionada por membro da Comissão Técnica estabelecida pelo MEC e pela Coordenação Geral de Avaliação de Materiais Didáticos e Pedagógicos (COMDIPE), órgão pertencente à Secretaria de Ensino Fundamental do Ministério. Para assessorar e apoiar a coordenação de área, contou-se com a atuação de: (i) especialistas-assessores para discussão de aspectos específicos da avaliação; (ii) revisores críticos/redatores para trabalhar na revisão dos produtos dos avaliadores e na redação dos produtos finais; (iii) um coordenador institucional, encarregado da gerência do Projeto; (iv) pessoal de apoio (secretaria, digitação e estagiários).

As três equipes foram treinadas, com o objetivo de conhecerem a história da avaliação no PNLD e ganharem familiaridade com os critérios e instrumentos de avaliação a serem utilizados. Assim, todo o pessoal técnico foi envolvido na reflexão e debate sobre os parâmetros definidores da aprovação ou não-aprovação de obras didáticas, pela via do exame, discussão e reelaboração da proposta de ficha de avaliação. A título de ensaio, foi feita, em pequenos grupos, a avaliação de uma unidade de ensino de um dos livros inscritos, sendo os resultados dessa avaliação ponderados pelo coletivo dos componentes da equipe, buscando-se dirimir as dúvidas e homogeneizar os produtos (ficha de avaliação, parecer/laudo e resenha). Chama-se a atenção, nesse trabalho de treinamento, para o seu caráter coletivo e democrático, no sentido de que os instrumentos foram sempre discutidos e reelaborados por todo o grupo de participantes, o que, acredita-se, é fator fundamental na construção da necessária uniformidade de compreensão e aplicação dos critérios por todos os avaliadores.

No processo de avaliação, as 36 coleções foram distribuídas em dois lotes, cada um com 18 obras. As estratégias e procedimentos adotados nesse processo guiaram-se pela necessidade de garantir a isenção e a imparcialidade do trabalho. Em função dessa preocupação, a análise de cada coleção didática foi desenvolvida sempre por uma dupla de avaliadores, a qual se responsabilizou pela avaliação dos quatro volumes, a cada lote. Essas duplas foram compostas no interior de cada equipe regional, variando sua composição do primeiro para o segundo lote. Em cada equipe foram formadas seis duplas, havendo, portanto,

nas três equipes, a cada lote, 18 duplas de avaliadores trabalhando simultaneamente. No primeiro momento, os avaliadores trabalhavam individualmente, em regime semanal, examinando um volume da coleção e preenchendo a respectiva ficha de avaliação. A cada semana, esse produto parcial era enviado por correio eletrônico, para acompanhamento e análise da coordenação da equipe, da coordenação de área e do membro da Comissão Técnica. Ao final de cada lote, os coordenadores regionais, em reunião com as duplas de avaliadores, promoviam a consolidação da avaliação da coleção, de que resultavam as fichas consolidadas e a primeira versão do parecer/laudo e da resenha. Esses produtos passavam por uma revisão inicial do coordenador regional, sendo então encaminhados ao coordenador de área, que, com o apoio de assessores e revisores críticos, responsabilizava-se pela redação final dos produtos, antes de sua divulgação como documentos públicos. Terminados os trabalhos, promoveu-se uma reunião de toda a equipe, para discussão e avaliação do processo e levantamento de sugestões e mudanças a serem implementadas em futuras edições do PNLD.

A documentação foi também um aspecto importante da metodologia assumida, tendo-se em vista o caráter público e a relevância educacional, social e política da ação desenvolvida. Os produtos gerados nos processos de avaliação do PNLD são documentos de valor jurídico, histórico e científico, que devem estar organizados e disponíveis, para a imprensa, para editores, autores, professores, alunos e pais de alunos, estudiosos, pesquisadores, enfim, para a comunidade em geral. Assim, no PNLD 2005, procurou-se garantir a organização e a preservação desse conjunto de documentos por meio de três estratégias: a redação de relatórios, a estruturação de bancos de dados informatizados e a composição de dossiês das coleções inscritas, nos quais se reúnem as fichas de avaliação dos volumes, a ficha consolidada, o parecer de exclusão, para as coleções não-aprovadas, o laudo de recomendação e a resenha, para as coleções aprovadas, além de um histórico da elaboração dos produtos (avaliadores, revisores e coordenadores responsáveis, períodos de elaboração).

Outro elemento fundamental da metodologia, que merece destaque especial, é o conjunto de critérios norteadores do processo de avaliação. Deve-se ressaltar o caráter histórico desses critérios, isto é, o fato de que eles representam o estágio atual de um processo de elaboração, discussão e reelaboração que vem desde a inauguração da avaliação pedagógica dos livros didáticos, no PNLD 1997.

O Guia de Livros Didáticos do PNLD 2005 faz uma boa síntese desses critérios, que será aqui retomada, privilegiando-se as questões diretamente ligadas aos conhecimentos específicos da área e à sua abordagem. Os parâmetros adotados na avaliação articulam-se com os objetivos centrais do ensino de Língua Portuguesa, assim lembrados no Guia: (i) apropriação e desenvolvimento, pelo aluno, da linguagem escrita e da linguagem oral – especialmente das formas da linguagem oral que circulam em espaços públicos e formais de comunicação –, nas maneiras mais complexas e variadas possíveis; (ii) desenvolvimento da proficiência na norma culta, especialmente em sua modalidade escrita, mas também nas situações orais públicas em que seu uso é socialmente requerido, sem que se desconsiderem as demais variedades lingüísticas que funcionam em outras situações; (iii) prática de análise e reflexão sobre a língua, na medida em que se fizer necessária ao desenvolvimento da proficiência oral e escrita, em compreensão e produção de textos.

A partir dessas metas, o Guia aborda os critérios eliminatórios comuns a todas as áreas relacionando-os com as especificidades de Língua Portuguesa. Quanto à correção de conceitos e informações, pondera que, apesar de os objetivos do ensino de Português serem essencialmente práticos, é necessário recorrer a informações e conceitos corretos, capazes de conduzir o educando a refletir sobre os fatos de linguagem e de desenvolver as capacidades necessárias à proficiência escrita e oral. Quanto à pertinência metodológica, entende que, dada a natureza essencialmente procedimental dos conteúdos curriculares de Língua Portuguesa no

Ensino Fundamental, são particularmente sérias as deficiências nesse quesito. Daí a necessidade de o livro didático explicitar as concepções de língua e de ensino-aprendizagem a partir das quais se estrutura. Ler, escrever e falar segundo as regras socialmente estabelecidas requer a articulação de uma série de capacidades básicas – de natureza discursiva, textual e gramatical –, que, não podendo ser aprendidas espontaneamente, precisam ser ensinadas. Assim, atividades de leitura, produção de textos e prática oral, quando mal conduzidas, comprometem o desenvolvimento de estratégias e de capacidades fundamentais e levam à construção de procedimentos ineficazes ou prejudiciais. Nesse sentido, seja qual for sua opção, o livro didático não pode deixar de atender a três requisitos metodológicos básicos: a) mobilizar e desenvolver o maior número possível das capacidades envolvidas em leitura, produção de textos, práticas orais e reflexão sobre a linguagem; b) explicitar sua proposta metodológica, respeitando os preceitos básicos que permitem identificá-la e compreender seu alcance; c) realizar, ao longo dos volumes da coleção, as opções teórico-metodológicas assumidas, de maneira coerente, nas diversas atividades de leitura, produção de texto, práticas orais e reflexão sobre a língua e a linguagem.

Finalmente, quanto à contribuição para o desenvolvimento da ética necessária ao convívio social e à construção da cidadania, o Guia postula que sua realização, no livro didático de Língua Portuguesa, significa: não veicular, nos textos e nas ilustrações, preconceitos que levem a discriminações de qualquer tipo, especialmente no que diz respeito aos diferentes falares regionais e sociais; estimular o convívio social e a tolerância, abordando a diversidade da experiência humana, com respeito e interesse, inclusive no que diz respeito à diversidade lingüística; e não fazer da obra nem um instrumento de propaganda e doutrinação nem um veículo de publicidade e difusão de marcas, produtos e serviços comerciais.

Quanto aos critérios classificatórios, que respondem às especificidades da área, o Guia postula que as práticas de uso da linguagem (compreensão e produção de textos escritos e orais, em situações contextualizadas) devem ser prioritárias nas propostas dos LD. A reflexão sobre a língua e a descrição gramatical devem se exercer sobre os textos e discursos, na medida em que se façam necessárias e significativas para a construção dos sentidos.

No que se refere à natureza do material textual, considerando que o conjunto de textos que um livro didático apresenta é um instrumento privilegiado – às vezes único – de acesso do aluno ao mundo da escrita, postula o Guia ser imprescindível que a coletânea, respeitado o nível de ensino a que se destina, ofereça ao estudante uma amostra variada e representativa do universo letrado. Um princípio da avaliação é que a presença de um texto num LD justifica-se pela qualidade da experiência de leitura que possa propiciar e não pela possibilidade de exploração de algum conteúdo. Por isso, assume-se como requisito a diversidade de gêneros discursivos e tipos de texto, bem como de registros, estilos e variedades (sociais e regionais) do português. Em virtude das experiências singulares que podem oferecer ao leitor, inclusive no que diz respeito aos procedimentos estéticos, os textos da tradição literária de Língua Portuguesa são imprescindíveis, sendo bem-vindas também boas traduções, que apresentarão ao aluno realidades culturais diversificadas.

No trabalho com o texto, escrito ou oral, em qualquer de suas dimensões (leitura, compreensão, produção, elaboração de conhecimentos lingüísticos), o Guia considera fundamental a diversidade de estratégias e procedimentos, assim como a máxima amplitude em relação aos vários aspectos envolvidos. As atividades de leitura devem, portanto: (i) situar a prática de leitura em seu universo de uso social, dando-lhe a dimensão de situação efetiva de interlocução leitor/autor; (ii) colaborar para a construção dos sentidos do texto pelo leitor, não se restringindo à localização de informações; (iii) explorar as propriedades discursivas e textuais em jogo, subsidiando esse trabalho com os instrumentos metodológicos apropriados; (iv) desenvolver estratégias e capacidades inerentes à proficiência que se pretende levar o aluno a atingir, especialmente as capacidades apreciativas envolvidas na leitura crítica. Já as

propostas de produção de texto escrito não podem deixar de: (i) considerar o uso social da escrita, levando em conta o processo e as condições de produção do texto e evitando o exercício descontextualizado; (ii) explorar a produção dos mais diversos gêneros e tipos de texto; (iii) apresentar e discutir as características discursivas e textuais dos gêneros ou tipos abordados, sem se restringir à exploração temática; (iv) desenvolver as diversas estratégias de produção inerentes à proficiência que se pretende desenvolver. Por sua vez, o trabalho com os conhecimentos lingüísticos, objetivando levar o aluno a refletir sobre aspectos da língua relevantes tanto para o desenvolvimento da proficiência oral e escrita quanto para a capacidade de análise de fatos da língua, devem: (i) ter peso menor que os relativos à leitura, à produção de textos e à oralidade, especialmente aqueles relativos à morfossintaxe; (ii) estar relacionados a situações de uso; (iii) considerar e respeitar as variedades regionais e sociais da língua, situando a norma culta nesse contexto lingüístico; (iv) subsidiar as demais atividades com um aparato conceitual capaz de abordar adequadamente a estrutura, o funcionamento e os mecanismos característicos dos diferentes gêneros e tipos de texto; (v) estimular a reflexão e propiciar a construção dos conceitos abordados.

No que diz respeito à compreensão e produção de textos orais, o Guia, entendendo que a linguagem falada é o instrumento por meio do qual se efetivam tanto a interação professor-aluno quanto o processo de ensino-aprendizagem e que é a partir de sua experiência com a oralidade que o estudante desvenda o mundo da escrita e estende o domínio da fala para novas situações e contextos, postula que um bom LD precisa: (i) favorecer o uso da linguagem oral na interação em sala de aula; (ii) explorar as diferenças e semelhanças que se estabelecem entre a fala e a escrita; (iii) valorizar e trabalhar a variação e a heterogeneidade lingüísticas, introduzindo a norma culta relacionada ao uso público ou formal da linguagem oral, sem no entanto silenciar ou menosprezar as outras variedades – regionais, sociais e estilísticas; (iv) propiciar o desenvolvimento das capacidades envolvidas nos usos da linguagem oral próprios das situações formais e/ou públicas.

Embora não tenham sido publicadas no Guia 2005, as menções classificatórias adotadas em versões anteriores do PNLD, foram utilizadas como recurso paralelo pela equipe avaliadora, para controle da consistência do processo e para viabilização de estudos comparativos entre o PNLD 2005 e o PNLD 2002, cujo objeto foram coleções didáticas destinadas ao segundo segmento do Ensino Fundamental (5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série). São três as menções antes atribuídas às coleções aprovadas: recomendada com ressalvas (RR); recomendada (REC); recomendada com distinção (RD). A categoria RR corresponde a obras que atendem os critérios eliminatórios e não incorrem em deficiências metodológicas comprometedoras, mas não realizam bem as propostas, merecendo ressalvas em atividades atinentes a um ou outro domínio do ensino-aprendizagem. A categoria REC abriga coleções que cumprem corretamente sua função, atendendo satisfatoriamente aos princípios comuns e aos critérios mais relevantes da área. A categoria RD é a dos manuais que se destacam por propostas pedagógicas elogiáveis, criativas e instigantes, de acordo com o ideal representado pelos princípios e critérios adotados nas avaliações pedagógicas.

## Resultados e discussão

A avaliação dos livros de Língua Portuguesa inscritos no PNLD 2005 gerou como resultado principal a aprovação de 78% e a não-aprovação de 22% das coleções examinadas. A análise da amostra segundo as menções classificatórias, operacionalizada paralelamente pela equipe, permitiu constatar que 8% das coleções foram consideradas RD, 33% foram REC e 37% foram julgadas RR, ou seja, 41% das obras atingiram os níveis mais altos de qualidade pedagógica e editorial. Considerando-se a proporção aprovadas/não-aprovadas e a distribuição segundo as menções classificatórias, pode-se afirmar que, em relação ao PNLD 2002, a qualidade da amostra melhorou sensivelmente, posto que, na avaliação anterior, 64%

das obras foram aprovadas e 36% não o foram; não houve menção RD; 22% das coleções classificaram-se como REC e 42% como RR.

O estudo quantitativo propiciado pela base de dados viabilizou outra constatação positiva, que corrobora esses resultados. Tendo-se estabelecido, desde avaliações anteriores, “notas de corte” para cada uma das menções, pôde-se detectar que a média de avaliação das coleções examinadas (75,81) situa-se na faixa de obras REC. O refinamento dessa análise, considerando cada item da ficha de avaliação, revela médias elevadas nos tópicos “aspectos gráfico-editoriais” – 84,44; “manual do professor” – 81,25; e “natureza do material textual” – 79,31. Revela também média na faixa REC para o item “produção de textos” – 71,96 e próxima dessa faixa para o tópico “leitura” – 68,15, além de pontuação expressiva para o item “conhecimentos lingüísticos” – 63,13. O único módulo que recebeu uma avaliação menos satisfatória nesta amostra foi o relativo à produção e compreensão da linguagem oral – 49,72.

Comparando-se os resultados do PNLD 2005 com os do PNLD 2002, fica evidente a melhoria de qualidade no conjunto das obras, na totalidade dos módulos sob avaliação, como se vê na tabela (médias arredondadas):

Itens avaliados	PNLD 2002	PNLD 2005
Conjunto da obra	62	76
Aspectos gráfico-editoriais	79	84
Manual do professor	66	81
Natureza do material textual	77	79
Produção de textos escritos	53	72
Leitura	54	68
Conhecimentos lingüísticos	64	63
Oralidade	23	50

Evidencia-se um incremento de qualidade no perfil das coleções, que passam de uma média RR (62) para uma média REC (76), merecendo destaque a melhoria considerável do trabalho em compreensão e produção de textos escritos e orais e do manual do professor. Esses resultados relativos ao perfil das obras aprovadas são significativos e animadores com relação ao impacto das avaliações anteriores (PNLD 1999 e 2002) sobre a qualidade do livro didático presente nas salas de aula da rede pública do Ensino Fundamental no País.

Merece discussão, no entanto, o fato de que as coleções aprovadas, embora não categorizadas no Guia, são bastante diferentes entre si. Há as que realizam suas propostas com qualidade próxima da excelência, implementam abordagens inovadoras e diferenciadas dos conteúdos e objetivos da área, organizando-se, por exemplo, por projetos temáticos, ou de ensino de gêneros, ou de diversidade de linguagens. Outras cumprem bastante bem e de maneira equilibrada, nos diferentes domínios, os critérios de avaliação, algumas delas também apresentando propostas inovadoras. Entretanto, há obras cujas atividades, num ou noutro domínio, merecem restrições ou ressalvas, embora, em geral, forneçam textos de qualidade, aptos a dar suporte a um trabalho significativo com leitura e letramento, e abordem com relativa adequação os conhecimentos lingüísticos, freqüentemente na perspectiva da tradição gramatical normativa. Seus maiores problemas residem no tratamento nem sempre consistente dado à compreensão e produção de textos orais e escritos e na elaboração do manual do professor. Na construção do Guia 2005, optou-se pela não atribuição de menções porque essa categorização foi mal compreendida e mal utilizada, tanto na comunidade escolar quanto no mercado editorial e na imprensa. O acerto dessa decisão depende da medida em que a redação das resenhas conseguiu evidenciar as diferenças entre as coleções examinadas, viabilizando uma escolha consciente e adequada pelos professores.

## Conclusões

A avaliação qualitativa de livros didáticos comprados e distribuídos com dinheiro público, mas produzidos por empresas privadas (as editoras), em que pesem a complexidade dessa política e as discussões que ela suscita, tem apresentado ganhos educativos e sociais dos quais o mais visível e significativo é a presença de obras de melhor qualidade nas mãos dos estudantes brasileiros. Essa presença acena para a possibilidade de alteração nas práticas docentes, ensejada pelo uso de materiais mais adequados. Há também ganhos acadêmicos, resultantes não só do contínuo refinamento na construção e discussão dos critérios, que vem requerendo investimento teórico por parte dos envolvidos no processo, mas também da montagem de equipes de avaliadores cada vez mais comprometidos com o trabalho e as reflexões que ele provoca. Esses aspectos repercutem nas ações de formação de professores, dentro e fora das universidades.

Além disso, os dados e produtos gerados configuram um promissor campo de pesquisas, ainda pouco explorado. Os impactos positivos do PNLD fazem pensar na necessidade de ampliação de seu alcance, de modo a tornar mais incisivas suas contribuições, seja pela implantação de projetos efetivos de capacitação de professores, seja pela extensão do processo até a orientação de docentes para escolha e uso do material avaliado.

## Referências bibliográficas

- BATISTA, Antônio Augusto G. Recomendações para uma política de livros didáticos. Brasília: Ministério da Educação, 2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Guia de livros didáticos 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries – PNLD 2002. Brasília: MEC/SEF, 2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Guia de livros didáticos 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries – PNLD 2005. Brasília: MEC/SEF, 2004.
- ROJO, Roxane H. R. PNLD/2005 - Resultados da avaliação dos livros didáticos de Língua Portuguesa – Lote 2. Comissão Técnica do PNLD – área de Língua Portuguesa, São Paulo, novembro de 2003. Relatório.